



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

Edição n. 2522

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de Contratos.....2

Edital.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2522

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N. 432/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

RECONDUZIR

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP, ID n. 3427951, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3680/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, a Promotora de Justiça ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE, ID n. 3437680, para exercer as funções de Promotora-Corregedora (Port. 3681/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES, ID n. 3436055, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3682/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, a Promotora de Justiça CAMILA LUMMERTZ, ID n. 3435938, para exercer as funções de Promotora-Corregedora (Port. 3683/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, a Promotora de Justiça CARLA CARRION FRÓS, ID n. 3433161, para exercer as funções de Promotora-Corregedora (Port. 3684/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, a Promotora de Justiça DANIELA LUCCA DA SILVA, ID n. 3433676, para exercer as funções de Promotora-Corregedora (Port. 3685/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça FELIPE HOCHSCHEIT KREUTZ, ID n. 3430693, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3686/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, a Promotora de Justiça JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO, ID n. 3341429, para exercer as funções de Promotora-Corregedora (Port. 3687/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça LEONARDO GUARISE BARRIOS, ID n. 3430707, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3688/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça RAFAEL CRUZ AMARAL, ID n. 3435733, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3689/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS, ID n. 3433153, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3690/2018).

- a contar de 14 de dezembro de 2018, o Promotor de Justiça RODRIGO CARPI NEJAR, ID n. 3430910, para exercer as funções de Promotor-Corregedor (Port. 3691/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 433/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 20/11/2018, no cargo de Agente Administrativo, classe "M", FERNANDA TEIXEIRA, tendo entrado em exercício em 17/12/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG N. 166/2013
PROCESSO N. 4116-09.00/13-9
PREGÃO ELETRÔNICO N. 106/2013**

CONTRATADA: SHELTER SISTEMAS ELETRÔNICOS E SERVIÇOS LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 09 de janeiro de 2019 e não haverá reajuste de preços, permanecendo os valores atuais; **VALOR TOTAL:** R\$ 6.600,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3989; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 57, § 4º, da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 6º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 168/2013
PROCESSO N. 4116-09.00/13-9
PREGÃO ELETRÔNICO N. 106/2013**

CONTRATADA: VIGISAT COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS EIRELI - ME; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 09 de janeiro de 2019 e não haverá reajuste de preços, permanecendo os valores atuais; **VALOR TOTAL:** R\$36.695,04; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3989; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, § 4º, da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2522

**SÚMULA CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N. 195/2017
PROCEDIMENTO N. 02405.000.234/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 68/2017**

CONTRATADA: MAICON JOSOE CASAGRANDE ME;
OBJETO: prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 25 de janeiro de 2019, não haverá reajuste de preços, consoante cláusula terceira, item 3.10.3 e alterar o item 11.2 da cláusula décima primeira, que passa a ter a seguinte redação: 11.2 A designação do fiscal e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **VALOR TOTAL:** R\$ 16.900,00;
VIGÊNCIA: 12(doze) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3701;
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.

8.666/93, bem como na cláusula sétima do ajuste.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.234/2017**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Rossana Jancowski Soares e, como seu substituto, sua substituta, a servidora Rozangela Aparecida da Silva Padilha.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.043/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.265/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 084/2018**

No dia 29 de novembro de 2018, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa: FORMOZO & OURIQUE LTDA. ME, vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QNT.	VALOR UNITÁRIO
1	Placa indicativa de Extintor, medindo 150 mm x 200 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo vermelho e confeccionada em material resistente ao fogo. (alteração na descrição, medida e quantidade)	Sinocreen/ Equipamentos	2700	R\$6,90
2.1	Placa indicativa de Saída final, medindo 240 mm x 120 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Orientação e salvamento	400	R\$6,77
2.2	Placa indicativa de Saída com seta para Direita, medindo 240 mm x 120 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Orientação e salvamento	300	R\$6,77
2.3	Placa indicativa de Saída com seta para Esquerda, medindo 240 mm x 120 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo	Sinocreen/Orientação e salvamento	300	R\$6,77
2.4	Placa indicativa de Saída com seta para cima (em frente), medindo 240 mm x 120 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/Orientação e salvamento	300	R\$6,77
2.5	Placa indicativa de Saída com descida pela escada à Direita, medindo 240 mm x 120 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/Orientação e salvamento	200	R\$6,77
2.6	Placa indicativa de Saída com descida pela escada à Esquerda, medindo 240 mm x 120 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/Orientação e salvamento	200	R\$6,77
3.1	Placa indicativa de Acionador de Alarme, medindo 200 mm x 200 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo vermelho e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Combate a incendio e alarme	400	R\$7,67
3.2	Placa indicativa de bomba de incêndio, medindo 200 mm x 200 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo vermelho e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Combate a incendio e alarme	100	R\$7,67
3.3	Placa indicativa de Hidrante, medindo 200 mm x 200 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo vermelho e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Combate a incendio e alarme	400	R\$7,67



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2522

5.1	Placa indicativa de Subsolo, medindo 200 mm x 100 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Edifícios e elevadores	30	R\$6,20
5.2	Placa indicativa de pavimento – Térreo, medindo 200 mm x 100 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Edifícios e elevadores	100	R\$6,20
5.3	Placa indicativa de numeração de pavimento – 1º ao 22º, medindo 200 mm x 100 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Edifícios e elevadores	500	R\$6,20
5.4	Placa indicativa de pavimento – Cobertura, medindo 200 mm x 100 mm (largura x altura), fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Edifícios e elevadores	30	R\$6,20
6	Placa indicativa de Porta Corta fogo – Mantenha fechada, medindo 300 mm x 150 mm, fotoluminescente, fundo verde e confeccionada em material resistente ao fogo.	Sinocreen/ Orientação e salvamento	300	R\$7,80

VALIDADE: 01 (um) ano; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3013; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n. 40/04, n. 47/05 e n. 47/06 e n. 33/08; Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02; e Leis Estaduais n. 11.389/99 e n. 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.265/2018

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Otávio Gonçalves Röhrig e, como sua substituta, a servidora Carolina da Silva Mello.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N. 274/2018
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos n. 69/2018 e n. 70/2018, preenchidas de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

DIOMAR JACINTA RECH,
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 279/2018

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00718.00097/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Everton Luís Resmini Meneses. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. **OBJETO:** análise de eventual improbidade administrativa devido à contratação sem concurso e sem processo seletivo de servidores públicos. **INVESTIGADO:** Divaldo Vieira Lara (Prefeito). **LOCAL:** Bagé.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00723.00029/2015. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2522

Bento Gonçalves. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: apurar denúncia de eventuais funcionários fantasmas na Câmara Municipal De Bento Gonçalves. INVESTIGADOS: Paulo Paese, Juliano Volpato, Gilberto Dos Santos De Souza Júnior, Marlene Marsango, Nataniel Breda Dendena, Felipe Toledo De Souza, Paloma Pena, Roberto Nunes Dos Santos, Tamara Rigatti, Robson Rodrigues De Bastos, Marcial Roges Pisoni, Jocimara Nunes, Marcos Rogério Gonzatti Balestra, Francisco Kaczala, Marcus Aurélio Sartor, Sílvio Marin, Cleuse Maria Tolloti Tondo, Fábio Lando, Zaldi Luís Chies, Sérgio Mella Pereira, Alcides Belser Ferrer, Juliana Girelli, André Luiz Ferreira Dos Santos, Adriano Smalti, Teresa Canto Da Silva, Marino Dos Santos, Valéria Ferro, Francimar Donida, Francisco Eloir Dias De Oliveira, Luiz Carlos Dos Santos Jardim, Sabrina Batistelo, Jorge Bronzatto Junior, Fabiano Martins De Lima, Gabrielle Felipe Chiella, Kléber Bem E Câmara De Vereadores De Bento Gonçalves. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01728.000.424/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro Loureiro Marones. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: investigar a situação do Instituto de Saúde e Educação Vida, hospital local, notadamente em relação à ausência de repasses da Mantenedora à entidade com sede em Cacequi e consequente falta de pagamento dos funcionários. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cacequi/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00736.000.101/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Candelária. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Martin Albino Jora. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária. OBJETO: apurar suposta falta de médicos psiquiatras concursados no CAPS-I de Candelária, havendo apenas a contratação temporária. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Candelária. LOCAL DO FATO: CAPS-I de Candelária.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00786.000.027/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: decreto para aplicação da Lei Anticorrupção. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01798.000.547/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nonoai. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Taís Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai. OBJETO: trata-se de PR.000958.04553/2012-9 encaminhado pelo Gabinete do Procurador-Geral em que consta o Ofício 414/2012 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, noticiando parecer desfavorável à aprovação de contas no exercício de 2008 na gestão de Carlinhos Tonet, ex-prefeito Valdomiro José Basa. INVESTIGADO(S): Carlinhos Tonet, Valdomiro José Basa. LOCAL DO FATO: Nonoai.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO

PROCEDIMENTO: 00820.00194/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: apurar irregularidades no repasse de verba pública municipal prevista nas leis orçamentárias anuais para dotação específica do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUNDICA) de Passo Fundo. INVESTIGADO(S): Município de Passo Fundo. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00193/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiano Ledur. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: apurar a contratação de clínicas geriátricas/atendimento de pessoas com deficiência física e/ou mental sem licitação ou critérios de seleção dos beneficiados no Município de Coxilha. INVESTIGADO(S): Júlio César Mesquita Ceni LOCAL DO FATO: Coxilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01808.000.407/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pedro Osório. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luana Rocha Ribeiro. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pedro Osório. OBJETO: apurar improbidade administrativa do servidor municipal de Cerrito, MARCIO BOTELHO, consistente em utilizar carimbo falso do Hospital Pronto Socorro de Pelotas para obter ajudas de custos, auferindo vantagem indevida em prejuízo ao erário público. INVESTIGADO(S): Marcio Greick Leivas Botelho. LOCAL DO FATO: Pedro Osório.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00824.00100/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luís Fernando Copetti Leite. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Objeto: apurar irregularidades encontradas nas obras realizadas para a Secretaria Municipal de Educação (Prefeitura Municipal de Turuçu). Local: Turuçu. Investigados: Soerguer Construções Ltda. e Município de Turuçu.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.262/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar possível irregularidade no afastamento injustificado da Secretária do Desenvolvimento Social do Município de São Francisco de Assis, Marize Cristina Sudati Silva, no íterim compreendido entre 17/08/2017 e 25/08/2017. INVESTIGADO(S): Município de São Francisco de Assis, Marize Cristina Sudati Silva. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01884.000.166/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto E Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: Apurar denúncias de atos de improbidade administrativa pela Administração Pública do Município de Formigueiro (Poder Executivo e Legislativo). INVESTIGADO(S): Jocelvio Gonçalves Cardoso - Prefeito de



Formigueiro, Câmara Municipal de Formigueiro. LOCAL DO FATO: Formigueiro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.186/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto Carmai Duarte Alvim Junior. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Apurar irregularidades na prestação de contas de dinheiro público recebido pela instituição investigada, especialmente em razão da ausência de prestação de contas do Convênio n. 2673/2009 - Drogadição. INVESTIGADO(S): Magda Martins Mariante, Associação Desenvolvimento de Taquari - Humanae Vitae. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.547/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto Carmai Duarte Alvim Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Protocolo n. 00001.01675/2017-9 do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça encaminhando cópia do Ofício DG n. 9361/2017 do Tribunal de Contas do Estado com a decisão proferida nos autos do Processo n. 3055-0200/15-2, da Fundação de Assistência à Criança e ao Adolescente de Taquari, exercício 2015, administração de Flávia Therezinha Saraiva Dias. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00914.000.458/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Araujo Simões. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Apurar a existência de processo licitatório ou concorrência para exploração do espaço público na Lagoa do Violão para a atividade de pedalinhos. INVESTIGADO(S): Carlos Alberto Matos de Souza. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.526/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharin Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Denúncia de Inconstitucionalidade na Política de Remuneração dos Servidores do Município de Xangri-lá. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Xangri-lá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.114/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharin Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Representação sobre obras paradas no Município de Capão da Canoa. INVESTIGADO(S): Município De Capão Da Canoa. LOCAL DO FATO: Município de Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.005/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharin Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Averiguar a regularidade de cobrança para entrada

no VIII Rodeio Estadual de Xangri-Lá. INVESTIGADO(S): Município de Xangri-Lá. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01804.000.534/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Greice Ávila Schmeing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. OBJETO: Investigar a regularidade da contratação de operação de crédito com o BRDE, autorizada pela Lei 2563/2018, bem como eventual prática de improbidade administrativa relacionada à pleiteada contratação. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Palmares do Sul, Paulo Henrique Mendes Lang. LOCAL DO FATO: Palmares do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 02360.000.116/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Brenner de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades perpetradas pelas empresas Sustentare Saneamento S.A. e Sustentare Serviços Ambientais S.A. (em recuperação Judicial), com suspeita de confusão patrimonial e indícios de possíveis fraudes em licitações levadas a termo pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana-DMLU, bem como, ocasionarem dano ao erário por figurarem no polo passivo de demandas trabalhistas juntamente com o DMLU, recaindo as condenações trabalhistas sobre o citado órgão público, na qualidade de devedor subsidiário. INVESTIGADO(S): Sustentare Saneamento S.A., Sustentare Serviços Ambientais S.A., Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU. LOCAL DO FATO: Município de Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 02360.000.123/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Brenner de Moraes. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre. OBJETO: apurar possíveis irregularidades praticadas pelo CFC Restinga em virtude da oferta de aulas além do número mínimo exigido, bem como pelo número de alunos reprovados nas provas práticas. INVESTIGADO(S): Centro de Formação de Condutores Restinga. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01884.000.721/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto E Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: Ofício n. 1988/2018/ebs - JM - Auditoria Militar de Santa Maria - cópia do Processo-crime n. 1000170-73.2018.9.21.0003 para apurar possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Sd Wagner Vieira Mello. INVESTIGADO(S): Wagner Vieira Mello. LOCAL DO FATO: Vila Block - São Sepé - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01884.000.166/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto E Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé. OBJETO: Apurar denúncias de atos de improbidade administrativa pela Administração Pública do Município de Formigueiro (Poder Executivo e Legislativo).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2522

INVESTIGADO(S): Jocelvio Gonçalves Cardoso - Prefeito de Formigueiro, Câmara Municipal de Formigueiro. LOCAL DO FATO: Formigueiro.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de dezembro de 2018.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.